



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social

UMA PROPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA ANALISAR A VALIDADE DA TESE DA ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO NA ORDEM MONOPÓLICA PARA PAÍSES PERIFÉRICOS DO CAPITALISMO.

FLÁVIO JOSÉ DOMINGOS ¹

Resumo: Este artigo pretende discutir a especificidade da origem do Serviço Social em países periféricos à luz da tese em que a profissão é vista como um resultado histórico das requisições e contradições presentes na fase monopolista do capitalismo. Para tanto, propõe mediações a partir de chaves heurísticas: o Estado e a continuidade/ruptura com as protoformas do Serviço Social. Conclui que, com essas mediações, é possível compreender tal origem em países periféricos a partir desta caracterização sócio-histórica, com especificidades: a predominância do vínculo confessional-caritativo, menor desenvolvimento do Estado como espaço sócio-ocupacional e a natureza tardia da institucionalização da profissão.

Palavras-chave: Serviço Social; Capitalismo monopolista; Países periféricos

Abstract: This paper intends to discuss the specificity of origin of Social Work in peripheral countries in the light of the thesis in which the profession is viewed as a historical result of requests and contradictions present in the monopolist phase of capitalism. For that it proposes mediations from the heuristic Keys: the State and the continuity/rupture with the Social Work protoforms. It concludes that with this mediations it's possible to comprehend such origin in peripheral countries from this social-historic characteristic, with specificities: the prevalence of the bond confessional-caritative; smaller development of State as social-occupational space; the late nature of institutionalization of the profession.

Keywords: Social Work; Monopolist Capitalism; Peripheral countries

1 – INTRODUÇÃO

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Alagoas

Ao ser apresentado pela primeira vez à obra *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* de autoria do professor José Paulo Netto – mais especificamente ao seu Capítulo Primeiro, que apresenta uma interpretação seminal sobre as origens da profissão Serviço Social, buscou-se compreender e ao mesmo tempo indagar sobre a validade desta tese para países periféricos ou semiperiféricos na chamada fase monopolista do capitalismo. Nossa indagação principal foi: como pensar nas origens da profissão em países que não haviam consolidado as características próprias do capitalismo monopolista, a partir dessa tese?

Uma resposta para essa indagação, e que pretendemos desenvolver neste texto, é que a análise de Netto possui um grau de abstração elevado e, portanto, uma análise geral das origens e desenvolvimento da profissão. A partir daí, é necessário pensar as mediações para que a análise geral empreendida possa ser utilizada com clareza explicativa para os casos específicos, em particular o que indagamos inicialmente.

Portanto, o objetivo deste trabalho, além de recuperar a tese de Netto, é apresentar algumas notas que configuram uma proposta teórico-metodológica de passagem da análise mais geral permeada nesta tese para casos específicos, em particular para países periféricos na fase monopólica do capital, apresentando o que consideramos ser mediações capazes de realizar tal passagem.

Além desta introdução, esse texto está dividido nas seguintes sessões: a segunda sessão trata de uma apresentação da tese formulada por Netto no bojo da renovação crítica do Serviço Social empreendido no Brasil nos anos 1980 e 1990; a sessão 3 apresenta o caminho teórico que propomos, em termos de mediações que relacionem a teoria de Netto sobre as origens históricas do Serviço Social e casos particulares. A sessão 4 apresenta algumas considerações sobre essas mediações; a sessão 5 segue à guisa de conclusão

2 – OS PRINCIPAIS TRAÇOS DA IDADE DO MONOPÓLIO E AS CONDIÇÕES

SÓCIO-HISTÓRICAS PARA A ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL COMO PROFISSÃO

As grandes teses² que buscam analisar a emergência da profissão Serviço Social, no marco da renovação crítica, ou seja, que se aproximam, de formas distintas, do pensamento marxiano, compreendem a emergência hi

stórica e os fundamentos da profissão a partir das características estruturais e movimentos dinâmicos da sociedade burguesa. Identificam, de forma geral, que a emergência do capitalismo, ao mesmo tempo em que potencializa a criação da riqueza social, reproduz a questão social, entendida como a situação geral – em termos econômicos, culturais e políticos - em que se encontra a classe operária no interior da sociedade capitalista³.

Dentre tais teses, aponta-se a interpretação de Netto que insere a origem e os fundamentos da profissão Serviço Social em uma fase particular do capitalismo, qual seja, a fase do capitalismo monopolista clássico⁴. Nessa direção, não é a emergência da questão social *per se* que configura automaticamente o surgimento da profissão, mas particularidades na forma de se acumular capital (a ordem monopólica da acumulação capitalista), bem como das demandas e a organização dos trabalhadores. O autor identifica em tais condições históricas - que procuraremos sumarizar aqui – a emergência e desenvolvimento de uma profissão que intervém como tal na questão social e suas refrações.

2 É amplamente conhecida na literatura acadêmica do Serviço Social a sistematização e análise feita por lamamoto (2010) sobre as teses produzidos no Brasil acerca da emergência e desenvolvimento da profissão no âmbito do modo de produção capitalista, bem como, a inserção da profissão em momentos da história da sociedade brasileira. Às teses sumarizadas por lamamoto no texto em questão, estamos designando como “grandes teses”

3Sobre a questão social, é importante recuperar os termos de lamamoto e Carvalho(2006; p. 77) que assim a conceituam: “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão”

4Em acordo com a tipificação de Mandel, Netto situa a idade monopólica clássica entre os anos 1890 e 1940, com as características centrais apontadas por autores como Lênin, Hilferding e Rosa Luxemburgo.

2.1 - Acumulação de capital, Estado e políticas sociais em Capitalismo Monopolista e Serviço Social.

A tendência à concentração e centralização de capitais⁵ se expressou historicamente de forma mais ampla e complexa na idade dos monopólios. Netto (2001) observa que o fenômeno da monopolização dos capitais tem um objetivo fundamental: o controle dos mercados como mecanismo de elevação dos lucros capitalistas e uma ampliação da luta concorrencial (que nessa fase, expressa-se na luta entre os grupos monopolizados e destes grupos com os capitais e setores onde não se fazem presentes os monopólios).

Há uma série de contradições presentes e ampliadas na e pela monopolização do capital que Netto identifica no trabalho analisado. A primeira delas é a elevação da taxa de acumulação (fruto da elevação sem precedentes da composição orgânica do capital) e a ampliação da tendência de queda nas taxas de lucro, fazendo com que se eleve o contingente de trabalhadores relegados ao exército industrial de reserva. A segunda, recorrendo a Mandel, a tendência à supercapitalização, ou seja, a geração de valor supera a necessidade de reposição do capital e mesmo de financiamento da ampliação do capital, surgindo assim, a necessidade de utilização do capital valorizado em atividades improdutivas (no sentido da geração de valor) – o que complexifica a própria estrutura dos setores econômicos monopolizados e os perpassa. Nessa direção, “As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos” (Netto, 2001; p. 22).

O traço central do capitalismo dos monopólios é que o mesmo tende a

5 Como é de se observar, a concentração e centralização de capitais já era vislumbrada por Marx, enquanto uma lei tendencial no capitalismo. A concorrência capitalista, ou seja, a busca incessante pela sobrevivência nos vários níveis do mercado, promovem uma luta entre os diversos capitais que enseja em vencedores e não sobreviventes. Em suma, tendencialmente, a elevação das taxas de acumulação (concentração) e de absorção de capitais já existente (centralização) comparece na própria análise abstrata dos movimentos do capital (POSSAS, 1989; GOMES, 2021).

ampliar e complexificar suas contradições internas: a permanência dos superlucros nos monopólios e a diminuição dos capitais dos setores não monopolizados, sendo incorporados por aqueles, o subconsumo causado pelas elevações nos preços e a ampliação dos trabalhadores em situação de desemprego, a supercapitalização e a queda das taxas de lucro em virtude da elevação nas taxas de acumulação. Como resultado dessas contradições está a própria ampliação da situação de concentração e centralização de capitais levando uma crise de superprodução, como de fato observou-se desde a segunda metade do século XIX e encontrou sua expressão máxima na crise de 1929. A saída encontrada pelo capitalismo foi o direcionamento do capital monopolista – para além das atividades improdutivas, da indústria bélica e de investimentos externos – para as atividades extra econômicas.

A idade dos monopólios inicia-se cronologicamente quando o liberalismo, principalmente em sua vertente econômica – ainda era o pensamento *mainstream* entre a burguesia e seus representantes, os economistas. A crença na estabilidade dos mercados, delegava, desde Smith, ao Estado apenas as funções não-capitalistas. Essa situação altera-se ao longo da idade dos monopólios; o Estado, que obviamente sempre participou ativamente do jogo de desenvolvimento das relações capitalistas, mesmo que negligenciado ou negado pelos pensadores do séc. XIX, é refuncionalizado em suas atribuições e funções, além de encontrar o respaldo teórico e normativo máximo no pensamento de Keynes (BEHRING, 2009).

Esse é o traço de *intervenção extra econômica* sinalizada por Netto. Diz ele:

Na idade do monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômicas *desde dentro* e de forma contínua e sistêmica. Mais exatamente no capitalismo monopolista, as funções *políticas* do Estado imbricam-se organicamente com suas funções *econômicas*. (NETTO, 2001; p. 25; grifos do autor).

O Estado é funcional e fundamental para operar a transferência dos capitais excedentes nos monopólios para permitir a aceleração dos mecanismos de valorização na chamada reprodução ampliada do capital. Assim, as compras públicas, as obras de infra estrutura os investimentos em pesquisa, permitem valorização direta ou aceleração da valorização do capital. Ademais, é a política

social; as estruturas de previdência a assistência que se fundam na idade dos monopólios que introduziram uma massa cada vez maior de trabalhadores ativos ou inativos nas rodas de consumo, fundamentais para a sobrevivência dos monopólios e para contrarrestar a tendência à superprodução e ao subconsumo (NETTO, 2001; BEHRING, 2012).

A intervenção na questão social, ou mais corretamente, nas refrações da questão social – que até a idade dos monopólios era pontual e muitas vezes não realizadas diretamente pelo Estado, mas sim e principalmente, pelas entidades filantrópicas diretamente vinculadas ao aparato religioso – passa a ser uma função permanente do Estado que deve realiza-la de forma sistêmica e sistematizada, para além de sua clássica função repressiva frente às classes exploradas demandando-se assim, uma profissão capaz de intervir técnico-operativamente e também com um constructo científico sobre tais refrações.

Entretanto, e esse aspecto é fundamental na argumentação de Netto, não é apenas pelo lado do capital que devemos olhar para caracterizar as alterações sistêmicas no Estado e suas funções, principalmente no que tange o enfrentamento da questão social e suas refrações. É preciso olhar para o “outro lado dessa moeda”, qual seja, a ampliação da capacidade organizativa dos trabalhadores e sua luta.

2.2 - O protagonismo da classe trabalhadora no capitalismo monopolista.

Seguindo a trilha teórico-metodológica de Marx, Netto aponta que, se por um lado, o capital monopolista demanda uma intervenção permanente sob as refrações da questão social, como mecanismo de contraposição aos limites próprios das contradições da ordem monopólica, por outro, não podemos pensar que a burguesia concede parte de sua riqueza na forma de apropriação do Estado (pela tributação do capital e das rendas da burguesia) para que a atuação frente às refrações da

questão social sejam enfrentadas. Para o burguês individual (mesmo que monopolista), essa apropriação do Estado não está contribuindo para contrarrestar os movimentos contraditórios da ordem monopólica, está apenas reduzindo sua margem de lucro. Ademais, a burguesia assume, definitivamente o papel de classe conservadora que, em suma, coloca o debate sobre a “questão social” no campo apolítico e a-histórico.

Portanto, é necessário olhar par o “outro lado da moeda” e verificar o enfretamento contraditório que toma conta da ordem capitalista, tendo 1848 – a Primavera dos Povos - como marco temporal. O proletariado urbano vai se constituindo como protagonista da vida política pela amplificação dos movimentos grevistas, mas precisamente pela consolidação dos instrumentos político-institucionais que representarão a dirigirão as lutas dessa classe por parte dos trabalhadores: o sindicato e o partido.

A sólida organização dos trabalhadores ensejou á burguesia e o Estado não mais apenas atuar em posição repressora na disputa entre o capital e o trabalho. A política social pública, combinada com o avanço dos intentos democráticos nos países avançados surgem como concessões que o aparato estatal designa à classe contraditória à burguesia em busca de sua legitimação. Se a força da repressão policialesca contra os instrumentos organizativos da classe operária nunca deixa de operar, ela é combinada com instrumentos de concessão e de captura da consciência dos agentes da classe proletária (NETTO, 2001).

Netto (2001) destacará que a síntese das lutas dos operários contra o capital, da reação do Estado e do capital monopolista, conjugado com a emergência e desenvolvimento das camadas médias é o reformismo (em várias formulações) como projeto político consolidado, mas que de maneira geral conduzirá para a formação de Estados e sistemas de bem-estar em que a política social pública alcança seu máximo desenvolvimento. É importante frisar que o tratamento da questão social no bojo do reformismo (baseado no conservadorismo científico e/ou confessional) constitui um projeto que “o enfrentamento das suas manifestações

deve ser função de um programa de reformas que preserve antes de tudo e mais, a *propriedade privada dos meios de produção*” (NETTO, 2001; p. 155).

2.3 - O capitalismo monopolista como espaço sócio-histórico da emergência do Serviço Social.

Fazendo a crítica às teses que imputam à profissão Serviço Social – em suas origens – como a mera racionalização da caridade alcançada pelo encontro entre as práticas caritativas e a formações teórico-operativa, Netto (2001) argumenta que as necessidades originadas da acumulação monopolista do capital, as demandas das classes trabalhadoras e a emergência de um projeto reformista como condutor das políticas de Estados nacionais sedimentam o terreno histórico próprio da emergência da profissão. Dessa forma, o Estado cumpre, através das política sociais, uma função de intervenção permanente sobre a questão social em suas refrações – ainda de que modo fragmentado e particularizador no trato das mesmas.

Sem negar a continuidade existente (e que será fundamental para a tese do sincretismo que não abordaremos nesse texto), Netto afirma que: “Substancialmente a ruptura se revela pelo fato de, pouco a pouco, os agentes começarem a desempenhar papéis executivos em projetos de intervenção cuja funcionalidade real e efetiva está posta por uma lógica e uma estratégia objetivas que independem de sua intencionalidade” (2001; p. 71).

A profissionalização do Serviço Social, portanto, guarda um traço fundamental, que é o deslocamento da vontade consciente e de um estrato ético-religioso na intervenção de refrações da questão social. Ao se tornar vendedor da sua força de trabalho à agências, estatais ou não, que interveem em tais refrações, o agente profissional está submetido às consequências das relações que operam no mercado de trabalho (leia-se alienação e reificação do trabalho).

Assim, caracteriza Netto, que o Serviço Social não emerge diretamente das práticas caritativas, mesmo que guarde relação com as mesmas, mas da organização monopólica do capital, pois, só aí é possível pensar no espaço que essa atividade, como profissão, se insere na divisão social do trabalho (com remuneração, com práticas socialmente reconhecidas através de arcabouço legal, com instâncias representativas) que encontrará, principalmente no Estado e nas intervenções através das políticas sociais públicas o seu principal espaço sócio-ocupacional, apenas quando as condições históricas as favorecem, e não da existência *per se* da questão social.

3 - O NÍVEL TEÓRICO-ABSTRATO E AS MEDIAÇÕES PARA UM NÍVEL CONCRETO-ANALÍTICO

O objetivo do primeiro capítulo de *Capitalismo Monopolista e Serviço Social* foi o de apresentar o constructo teórico-analítico da gênese histórica da profissão, não pretendeu oferecer um estudo historiográfico da mesma.. De acordo com as próprias palavras de Netto, [...] Assim, esse trabalho pretende, [...] *oferecer uma contribuição ao estudo da gênese histórica do Serviço Social (Capítulo 1)*” (NETTO, 2001; p. 13-14). Por gênese histórica, o autor deseja apresentar uma **teoria da história** da gênese do Serviço Social e não uma historiografia da mesma.

É somente na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sócio-políticos e teórico-culturais que tangenciamos nas sessões precedentes que se instaura o espaço histórico-social que possibilita a emergência do Serviço Social como profissão. Sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear (NETTO, 2001; p. 69)

Ao explicitar que sua na análise encontra-se no plano teórico, e lembrando que Netto se vincula (de forma também explícita) ao método de Marx, é interessante demarcar, nessa tradição, o que é o marco teórico-analítico. A teoria para Marx, leia-se, a teoria do funcionamento *real* da sociedade burguesa (seu objeto de estudo),

representa uma generalização ideal (no plano do pensamento) do real (do objeto de estudo)⁶ (NETTO, 2010).

A partir da leitura de seu texto que procuramos sumarizar na Sessão anterior, podemos inferir algumas perguntas que serviram de caminho para Netto construir seu argumento teórico analítico. A principal pergunta que parece nortear a investigação do autor no que estamos recortando para a análise é: Por que a origem do Serviço Social como profissão e suas primeiras escolas formativas ocorre historicamente na segunda metade do séc. XIX e primeiros trinta anos do séc. XX? Daí podemos derivar outras questões: Quais são os fundamentos econômicos, sócio-políticos e ideo-culturais que determinam a dinâmica da sociabilidade burguesa nesse período?; Qual a relação do Serviço Social com os mesmos? Que processos legitimam o Serviço Social como profissão? Que relação esta profissão possui com práticas não legitimadas dessa forma específica, mas que estavam presentes como protoformas?

No que tange à primeira das questões que elencamos no parágrafo anterior, Netto responde com uma rigorosa recuperação e sumarização de autores marxistas clássicos que se dedicaram a construir a tese do Capitalismo em sua fase imperialista e monopólica⁷. Nessa etapa, o autor não se dedicou a apresentar nenhuma originalidade, sendo que essa não era a intenção do autor, pois, “O exame histórico do trânsito do capitalismo concorrencial ao dos monopólios já foi exaustivamente elaborado e não cabe reiterá-lo aqui” (NETTO, 2001; p. 20).

A originalidade da abordagem de Netto está, em nossa leitura, nas chaves heurísticas para oferecer respostas às três próximas perguntas que inferimos. Nessa direção, duas chaves explicativas podem ser extraídas da interpretação de Netto

6 A formulação da teoria no plano do pensamento requer a capacidade do pesquisador de apreender o real e, não como sujeito passivo, mas ativo no processo de pesquisa, explicitar suas leis gerais de funcionamento, o que implica ao pesquisador elaborar as perguntas corretas, e no processo de exposição, apresentar o texto como resposta às mesmas.

7 De fato, para compreender a essência das condições históricas gerais que originaram o Serviço Social, Netto procurou recuperar os estudos clássicos, no campo do marxismo, sobre o capitalismo monopolista, notadamente os autores clássicos do imperialismo (Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, dentre outros), bem como de Ernest Mandel.

sobre as origens do Serviço Social como profissão no terreno sócio-histórico do capitalismo dos monopólios. O primeiro destes é o Estado e a política social pública, fruto não somente das demandas do capital, mas também da dinâmica de tensões e contradições entre os protagonistas sociais na idade dos monopólios (burguesia, proletariado, camadas médias) – assegurando assim, um espaço privilegiado de intervenção sistêmica à questão social em suas refrações específicas; a segunda dessas chaves é a relação dialética de continuidade/ruptura com as protoformas do Serviço Social.

A combinação destes dois aspectos essenciais da argumentação teórica de Netto, o permitem apresentar de forma robusta, e em um grau de abstração mais elevado como toda construção teórica exige, uma leitura da origem específica da profissão e de sua legitimidade profissional no seio e a partir dos ensejos do capitalismo dos monopólios. É ainda uma leitura que capta, partindo das condições materiais da produção e da reprodução da sociabilidade burguesa (tanto do capital quanto do trabalho), aspectos sócio-políticos (a política social pública), jurídicos (a legitimidade jurídica da profissão), ideo-culturais (a relação da nova profissão com as práticas caritativas). Trata-se, portanto de uma leitura geral das origens da profissão e de seus rebatimentos no desenvolvimento da mesma e na percepção que a sociedade possui dela.

A indagação que fizemos e enunciamos na introdução deste texto, encontra-se em um nível de abstração mais baixo do que a construção teórica de Netto. Nos perguntamos se estes elementos colocados pelo autor para caracterizar a gênese da profissão como resultado específico do capitalismo dos monopólios é válido para países em condição periférica neste mesma fase histórica do modo de produção capitalista.

O que propomos em linhas gerais é, seguindo os traços do método de Marx, pensar no “caminho de retorno” da teoria à concretude, e mais, à uma concretude específica. Para tal, é necessário demarcar as mediações necessárias para verificar a validade histórica (concreta) da construção teórica de Netto na situação específica

que estamos ponderando. Assim, o que propomos é que as mediações a serem tratadas, situam-se exatamente nas duas chaves heurísticas que extraímos da análise do autor.

Portanto, acrescenta-se as seguintes perguntas àquelas que inferimos a partir da leitura do primeiro capítulo de *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*: quais as especificidades do Estado e do tratamento à questão social e as relações de continuidade/ruptura com as protoformas em países periféricos, na fase monopólica? E como a profissão é explicada por essas especificidades?

Elementos para responder à essas questões serão colocados na próxima sessão com apontamentos gerais e algumas notas específicas, à título de exemplificação histórica, acerca da gênese do Serviço Social no Brasil, em Portugal e na Espanha, países que caracterizados como periféricos na fase clássica do capitalismo monopolista..

4 - A TESE DAS ORIGENS HISTÓRICAS DO SERVIÇO SOCIAL SOB O TERRENO HISTÓRICO DO CAPITALISMO MONOPOLISTA E PAÍSES PERIFÉRICOS.

A própria teorização clássica sobre o capitalismo da era dos monopólios, ou seja, a leitura clássica do imperialismo, demarca a discrepância que se encontram os países na divisão internacional do trabalho, além da clara dominância territorial, política e econômica das potências capitalistas (onde operará a expansão dos monopólios) e as demais regiões do mundo (LENIN, 2012).

As noções presentes desde as teorias clássicas do imperialismo demarcaram tal condição (a noção de centro-periferia – ou semiperiferia; as teorias da dependência, o aporte teórico do sistema-mundo, dentre outras). Sem querer evidenciar os debates e polêmicas nessas mais variadas análises, o que está longe do escopo

desse trabalho, fato é que essas teorias colocam, cada uma a sua maneira, que as colônias e os países periféricos, além de possuir amplo caráter de subalternidade, eram também funcionais ao próprio avanço dos monopólios ao: a) criar possibilidades de aquisição de matérias-primas; b) se consolidar como espaço de investimentos; c) apresentar-se, mesmo que em menor grau, como espaço de expansão do consumo e; d) ampliar a massa de trabalho vivo à disposição do capital; sendo fundamentais para o cumprimento dos objetivos da organização monopólica.

O que nos interessa demarcar de forma sistêmica, é que as requisições e contradições presentes no capitalismo dos monopólios, e teorizadas pelos autores aos quais Netto se referenciou para sumarizar o terreno sócio-histórico dessa fase de desenvolvimento do capitalismo, encontram-se presentes, embora de maneira diversas, nos países que ocupam tal espaço subordinado nessa fase, o que enseja diferenças estruturais e temporais na origem, institucionalização e desenvolvimento da profissão.

A primeira diferença substancial que precisa ser demarcada é a forma tardia como o Serviço Social se institucionaliza nos países periféricos do capitalismo monopolista (tal qual a industrialização e urbanização tardia em relação aos países centrais. No Brasil esta institucionalização está marcada pelo primeiro curso em Serviço social que se inicia em 1936 (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006), em Portugal, em 1935 (CARVALHO; PINTO, 2015) e na Espanha em 1932 (CARRARA *et al*, 2018)⁸.

O Estado e a política social pública em países de natureza periférica não se desenvolvem inicialmente nos moldes do *welfare state* europeu, ou do *New Deal* estado-unidense. Enquanto sistemas de previdência social e assistência social

8 A própria questão social é um elemento demarcador dessas contradições e que reforçará a tese de Netto sobre o tipo de vinculação que há entre as origens do Serviço Social e a questão social e suas refrações como campo de intervenção da profissão. Iamamoto e Carvalho (2006) corretamente sinalizam que a questão social é profunda no Brasil na virada do séc. XIX para o sec. XX, resultado de seu amplo e agudo processo de colonização e reprodução do modelo agrário-exportador no primeiro centenário pós-independência. Entretanto, a periodização e a localização das primeiras intervenções do Serviço Social no Brasil está mais vinculada ao seu processo de industrialização –pretérita e dependente com relação aos países centrais do capitalismo monopolista – do que a emergência da questão social.

emergem no bojo da burocracia estatal de países centrais do capitalismo dos monopólios, não é possível perceber a consolidação de sistemas de bem-estar no bojo do Estado em países periféricos que se consolidem no decurso do tempo do surgimento da profissão nesses países⁹.

Entretanto, o Estado em países periféricos não se absteve do debate em torno da intervenção permanente sobre a questão social e suas refrações, demandada pela valorização do capital monopolista. Se observarmos os exemplos históricos de Portugal e do Brasil, percebe-se que representações do Estado estiveram em constante articulação com os setores confessionais que protagonizaram a introdução da profissão e o início da formação profissional nesses países (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006; CARVALHO; PINTO, 2015).

Esse quadro em que a prática das e dos assistentes sociais não são diretamente vinculadas à política social, ao Estado e as necessidades do capital monopolista (que ainda não havia se consolidado nesses países), levou a uma série de interpretações endogenistas¹⁰ sobre as origens do Serviço social. Como destacou Netto (2001; p 69), essa perspectiva apresenta limites consideráveis:

Essa crônica geralmente rica em informações acerca do itinerário que leva dos intentos da racionalização da assistência [...] às primeiras escolas de Serviço Social [...] está predominantemente assentada numa tese simples: a constituição da profissão seria a resultante de um processo cumulativo, cujo ponto de arranque estaria na “organização da filantropia”.

9No caso brasileiro, embora a criação da Consolidação das Leis trabalhistas em 1930, a criação de sistemas de pensões e aposentadorias para algumas categorias profissionais, o Serviço Social estará muito mais vinculado às instituições de cunho católico como a Fundação Leão XIII do que ao Estado e suas políticas sociais. Tal vinculação será mais perceptível ao longo da década de 1950, onde se dão os passos mais contundentes para a inserção mais forte do país no capitalismo dos monopólios (com a abertura econômica de Juscelino Kubistchek e as políticas de centralização de capitais a partir da Ditadura de 1964 (reformas financeiras, Milagre Econômico e II Plano Nacional de Desenvolvimento (BEHRING; BOSCHETTI, 2018; IAMAMOTO; CARVALHO, 2006). Ao tratar os casos de Espanha e Portugal: estes países (Alemanha Ocidental, Portugal e Espanha), assumiram um sistema semelhante de bem-estar, com base na proteção corporativa de associados aos seguros sociais [...]. Em Portugal, a proteção foi consubstanciada pelos fundos de Previdência (Caixas de Previdência – Lei 1.884 de 1935). [...] Na Espanha, as primeiras formas de segurança social surgiram na década de sessenta. {...}. Durante esse período, essas organizações estavam associadas à religião católica e/ou associado à ideologia do regime político. (CARVALHO, 2011: p. 10) Essa autora afirma ainda que a inserção do Serviço Social nas políticas sociais nos períodos ditatoriais é praticamente desprezível, Esse fato é explicado, segundo Carvalho (2011) pela visão que se tinha do papel dessa profissão (feminina e voluntária). Essa autora afirma que a estrutura de oferta das políticas sociais (sobretudo previdência) era composta por outras categorias profissionais, tais como advogados, economistas, dentre outros.

10 Nos termos de Montañó (2007; p. 19), a perspectiva endogenista é aquela na qual a “origem do Serviço Social da evolução, organização, profissionalização das formas “anteriores” de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora na intervenção da Questão Social”

No campo dos fenômenos, pode-se observar que em países periféricos, mais que nos países centrais do capitalismo monopolista, a institucionalização da profissão esteve fortemente marcada pelo protagonismo da formação confessional (inclusive no que tange o perfil profissional em suas origens), com um quadro conservador extremamente exacerbado (há que se realçar, por exemplo, que o Serviço Social se desenvolve em países como Brasil, Espanha e Portugal, em conjunturas de Estados totalitários), em alguns casos com reduzido cientificação da formação profissional, o que levou a uma série de intérpretes aderirem e desenvolverem a tese da derivação direta da profissão com as práticas caritativas, ou seja, com a racionalização da caridade¹¹.

Nessa direção caminhamos para o que é a segunda chave explicativa do esquema teórico de Netto e onde precisamos extrair as mediações para entender a validade desse esquema para analisar a emergência da profissão em países periféricos no capitalismo dos monopólios.

A tese de Netto, sendo uma crítica às teses da racionalização da caridade, não nega o vínculo com as protoformas caritativas do Serviço Social. Esses sinais de continuidade aliás são fundamentais para justificar o que é a segunda parte de sua tese, a estrutura sincrética do Serviço Social. Essa profissão, que surge de uma síntese entre capital monopolista, funções do Estado nesse terreno da valorização monopolista e Igreja católica, carrega dois traços fundamentais dessa continuidade: “de um lado, compreende um universo ideo-político e teórico-cultural que se apresenta no pensamento conservador; de outro, envolve modalidades de intervenção características do caritativismo” (NETTO, 2001; p. 70).

Demarcando, mais uma vez, esse quadro de continuidade em relação às protoformas é presente na formação do Serviço Social de forma contundente nos países periféricos. Há que se observar ainda que, mesmo nesses países o estatuto teórico que seria o marco explicativo das “racionalização da caridade” demora a se

11 Esse é um traço importante também da caracterização histórica do Serviço Social em Portugal. Alguns trabalhos que constituem referência nessa caracterização da profissão naquele país, se baseiam na tese da radicalização, como, Branco (2009), Carvalho (2011), Carvalho e Pinto (2015). Mesmo Yamamoto (1982/2006) sendo a obra que inaugura no Serviço Social brasileiro a perspectiva histórico-crítica, por vezes, como na página 78 situa o Serviço Social em suas origens ao campo da racionalização da caridade.

instituir nesses países¹².

O grau de ruptura com as protoformas encontra-se presente e, ao longo do tempo, perpassa as protoformas, também nesses países periféricos. A prática caritativa vai dando lugar à prática sob o estatuto do trabalho assalariado e as funções técnicas interventivas passam a ser direcionadas por uma racionalidade que não a racionalidade caritativa – ou seja, se observa o desenvolvimento da profissão na direção do que diz Netto: uma profissão que encontra suas chaves explicativas na reprodução material das classes sociais, demandada pelo capital e pelo trabalho através, sobremaneira da política social. Porém, esse processo é mais uma vez tardado em relação aos países centrais. Nessa direção, o Serviço Social que emerge em países periféricos com o intuito quase que exclusivamente de controle do trabalho (vide a tendência autoritária presente em vários destes) avança para o cumprimento das funções próprias do capitalismo monopolista.

O Serviço Social em países periféricos possui maior predominância dos vínculos com as práticas caritativas em face da relação simbiótica entre o Estado – expresso em regimes políticos totalitários em vários destes – e a Igreja Católica, porém em seu desenvolvimento a profissão vai se laicizando e consolidando seu estatuto teórico, bem como a tecnificação de suas práticas, mantendo, portanto, uma lógica dialética de continuidade/ruptura com o caritativismo. O contexto socioeconômico em que emerge o Serviço Social nesses países é a inserção dos mesmos na lógica global de valorização do capital monopolista de forma tardia e subordinada, portanto, as origens e o desenvolvimento da profissão está condicionada às demandas dessa forma de acumulação de capital, embora com especificidades.

5 - CONCLUSÃO

12 À título de exemplo, de acordo com Pinto e Carvalho (2015), a obra seminal de Mary Richmond que se consolidou como o marco teórico do “Serviço Social de Caso” apenas foi introduzida em Portugal 33 anos após a institucionalização da primeira Escola de Serviço Social naquele país.

Ao recuperar a tese de José Paulo Netto sobre as origens do Serviço Social como uma derivação – não mecânica – da especificidade histórica do capitalismo monopolista, procuramos demarcar o tipo de análise empregada pelo autor e traçar algumas notas que reforcem a validade dessa construção teórica para países periféricos nessa fase do capitalismo. Argumentamos que o esforço de Netto foi na construção de um marco teórico para as origens e desenvolvimento da profissão enquanto tal e, para isso, um grau de generalização, próprio da formulação de teorias, é necessário. Para fazer o caminho de retorno, ou seja, para conferir validade histórica à construção teórica e uma realidade histórico concreta específica, procuramos capturar que mediações seriam necessárias à tal esforço.

Extraímos as duas chaves heurísticas utilizadas por Netto para reforçar a hipótese de que o Serviço Social não é meramente uma continuidade racionalizada de suas protoformas – práticas caritativas – mas um resultado histórico de uma fase do capitalismo cujas necessidades do capital e o protagonismo da classe proletária nas lutas sociais demandou uma profissão interventiva sobre a questão social e suas refrações. A primeira dessas chaves explicativas é o Estado e a política social; a segunda a relação dialética de continuidade/ruptura do Serviço Social com suas protoformas.

Ao examinar essas duas chaves heurísticas na especificidade de países periféricos no capitalismo dos monopólios, verifica-se que é necessário pensar em mediações para avaliar essas situações. Nesse sentido, o argumento é que o Estado e a política social emergem nos países dessa condição tardiamente, e que a intervenção sobre a questão social e suas refrações é mais privada que pública, o que, no campo da análise fenomênica, parece reforçar a tese da “racionalização da caridade”.

O que se percebe em países periféricos é que a profissão vai ganhando os contornos de sua legitimidade social como tal e seu espaço na divisão sócio-técnica do trabalho, de forma tarda em relação aos países centrais do capitalismo. A forte

presença do conservadorismo e da formação confessional nesses países coloca a relação de continuidade com as protoformas de forma preponderante em suas origens. Sendo assim, há limitações contundentes à laicização e à ruptura com as protoformas¹³.

Assim, entendemos que o modelo teórico de Netto, com as devidas mediações explica a emergência da profissão em países de natureza central e periférica. Em ambas as situações, o marco explicativo são as demandas da valorização monopólica, dialeticamente relacionadas com as demandas da classe proletária. O desenvolvimento do Estado e da política social e a relação entre continuidade/ruptura com as suas protoformas determinam o grau e as trajetórias traçadas no desenvolvimento da profissão. O grande marco específico dos países periféricos é a emergência e o desenvolvimento tardado da profissão em relação aos países centrais, o que é próprio de sua condição subalterna no capitalismo dos monopólios.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral in SILVA, M. L. O. *Serviço Social no Brasil: histórias de resistência e ruptura com o conservadorismo*. São Paulo; Cortex, 2018

BRANCO, F. A profissão de assistente social em Portugal. *Locus Soci@l*, n. 3, p. 61-89, 2009.

CARRARA, V. A.; GUERRA, Y. A. D.; BLANCO, F. C.; TEIXEIRA, R. O Serviço Social espanhol: aproximações críticas a uma formação profissional pós Bolonha. *Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)*, ABEPSS, Brasília, 2018.

CARVALHO, M. I. Serviço social e sistema de bem-estar: semelhanças e diferenças entre Portugal, Espanha e Alemanha. *Serviço Social em Revista Londrina*, v. 13, n.2, p. 4-18, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/issue/view/712>

CARVALHO, M. I.; PINTO, C. Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal.

¹³Essa relação continuidade/ruptura é que explica a dinâmica de desenvolvimento da profissão e será utilizada por Netto na outra parte de sua tese que compõe o livro *Ditadura e Serviço Social*.

Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 121, p. 66-94, jan./mar. 2015. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/JVN6d7LtwcHmnk9dfnx46Sd/?lang=pt>

GOMES, C. G. *O movimento de concentração e centralização de capital no capitalismo contemporâneo: aspectos da dinâmica de fusões & aquisições sob dominância financeira*. **Programa de Estudos Pós-graduados em Economia Política**. 2021. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 19. ed. – São Paulo / Lima (Peru): Cortez / CELATS, 2006

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 4 ed. – São Paulo; Cortez, 2010

LENIN, V. Imperialismo: fase superior do capitalismo. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 4, n. 1, p. 144-224, 2012.

MONTAÑO, C. A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, J. P. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 5 ed - São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, J. P. Introdução ao método da teoria social. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 668-700, 2009.

RODRIGUES, M. Diálogo do serviço social com a economia política marxista: contribuição pioneira da obra de José Paulo Netto. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, 2019.